

"SEM ARMA, MAS COM INTENÇÃO": A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EMPELOTAS NO INÍCIO DOS ANOS 1960

ALLAN PEREIRA¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas – allangsp92@gmail.com

²Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado “*Sem arma, mas com intenção*”: a atuação do movimento estudantil em Pelotas contra o golpe civil-militar até o AI-5 (1961-1968)¹, que tem o objetivo de analisar a atuação do movimento estudantil em Pelotas e as relações entre Estado e estudantes na cidade durante a década de 1960. O trabalho abrange um período que se inicia em 1961 até o ano de 1968, quando é decretado o Ato Institucional número 5.

As memórias dos estudantes dos anos de 1961 a 1968 são essenciais para compreender como eles entendiam e sentiam aquele momento de crise política nacional, que culminou com a implantação da ditadura. Neste sentido, é fundamental apontar a memória como fator importante para a pesquisa histórica. PADRÓS et al. (2009) define que as lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam o historiador que, com o rigor de seu trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico.

Em 1961, durante a Campanha pela Legalidade, estudantes secundaristas e universitários que apoavam a posse de João Goulart em Pelotas atuaram ativamente pelo fortalecimento das estruturas democráticas e na defesa de um projeto de reformas na educação, o que justifica a abordagem a partir de 1961. Entre os anos de 1962 e 1963, quando o governo de Jango recupera as prerrogativas presidenciais, segundo VECHIA (2011) o movimento seguiu atuante, militando pela reforma educacional e pelas reformas de base defendidas por seu governo. Além disso, neste período houve diversas outras mobilizações nas quais os estudantes e a juventude em geral tiveram um papel destacado.

Para AZEVEDO (2010), a partir do golpe civil-militar em 1964, a inserção política dos estudantes passou a ser rigorosamente controlada e os movimentos estudantis foram impactados com as estratégias de monitoramento implementadas pelo governo.

Entre os anos de 1964-1968 a ditadura civil-militar brasileira tomou forma e se consolidou no país, com a decretação de vários Atos Institucionais, dos quais o mais repressivo foi o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Portanto pretende-se pesquisar como seguiram atuando os movimentos estudantis secundarista e universitário na cidade de Pelotas em relação a diferentes questões políticas, sociais, educacionais, culturais e econômicas, bem como a maneira com a qual enfrentaram a repressão gerada pelo regime que estabeleceu ações de controle e censura que impactaram diretamente na vida da juventude militante.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Sobre o movimento estudantil no Brasil durante os anos de 1964 a 1968, o trabalho de MARTINS FILHO (1987) indica que analisar o movimento estudantil requer situá-lo em conjunturas historicamente determinadas, pois os conteúdos das reivindicações estudantis, pois os conteúdos das reivindicações, alianças e as táticas de luta empreendidas pelo movimento estudantil mudam com o tempo. O presente trabalho pretende analisar as táticas de luta, organizações e ações dos estudantes de Pelotas no período pré-golpe civil-militar e as transformações e mudanças nas formas de atuação após o 31 de março de 1964.

2. METODOLOGIA

O trabalho utiliza História Oral e análise documental como métodos para pesquisa e análise. Segundo THOMPSON (2002) a História Oral é a interpretação da História e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Portanto, a partir da História oral serão realizadas entrevistas como principais fontes das memórias de estudantes que viveram em Pelotas entre os anos de 1961 a 1968.

Serão analisadas também fontes escritas utilizando o método de análise documental de CELLARD (2010), que propõe examinar o contexto, o autor e os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. Os documentos foram produzidos por órgãos de informação e repressão da ditadura civil-militar que envolvem estudantes de Pelotas, disponibilizados através dos fundos da Comissão Nacional da Verdade, Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informações, disponíveis no site do Arquivo Nacional².

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma investigação em curso, iniciada no ano de 2020, em que foram realizadas entrevistas com estudantes de Pelotas no período entre 1961 a 1968. Utilizando a metodologia da História Oral, foram realizadas entrevistas com Nora Antunes de Oliveira, José Luis Marasco Cavalheiro Leite, Frederico Dias da Cruz, Alceu Salamoni e Luis Carlos Gonçalves Lucas³. Os entrevistados foram estudantes no período pré-golpe civil-militar nas principais escolas de Pelotas: Colégio Municipal Pelotense, Colégio Gonzaga e Colégio São José. Participaram dos grêmios estudantis, passeatas na cidade e de movimentos de resistência contra o golpe de 1964.

Segundo os entrevistados, o movimento estudantil no período pré-golpe civil-militar era organizado e efetivamente ativo na cidade, mas a autonomia estudantil de organização dentro das instituições educacionais foi diretamente afetada a partir do Decreto Lei 477 (punição para estudantes e professores por

² <http://sian.an.gov.br/>

³ Nora Antunes de Oliveira foi estudante secundarista no Colégio São José. José Luís Marasco Cavalheiro Leite e Frederico Dias da Cruz foram estudantes secundaristas no Colégio Municipal Pelotense. Luis Carlos Gonçalves Lucas foi estudante secundarista no Colégio Gonzaga. Frederico Dias da Cruz não foi estudante secundarista em Pelotas, porém foi colega dos demais entrevistados como universitário na Faculdade de Direito de Pelotas. A rede de conexão entre os entrevistados é a Faculdade de Direito de Pelotas, espaço em que eles se conheceram e se tornaram colegas e amigos.



participar de manifestações de oposição), Decreto Lei 228 (regulamentação proposta pelo governo das eleições de DAs e DCEs), a Lei Suplicy de Lacerda (extinguir a participação política dos estudantes criando novas entidades que respondiam ao governo) e os Atos Institucionais decretados após o golpe.

Porém, as memórias dos entrevistados afirmam que mesmo com os decretos que censuravam a militância estudantil, uma parcela de secundaristas e universitários seguiram na luta contra a ditadura civil-militar, atuando de forma autônoma ou participando de movimentos como a União Pelotense de Estudantes Secundaristas (UPES) e a Ação Popular (AP). Buscar a militância nestes movimentos foi uma saída para seguir atuando, visto que, segundo VECHIA (2011), houve a tentativa de calar definitivamente toda a reação da juventude, especialmente do movimento estudantil, principalmente através do fechamento de suas entidades representativas.

Destaca-se a presença do movimento estudantil de direita na Faculdade de Direito, que se comportava como uma maioria silenciosa. As formas de atuação dos estudantes de direita na Faculdade eram direcionadas para a política estudantil interna, como na participação das eleições do Diretório Acadêmico, que gerou confronto e terminou com agressões físicas.

Os entrevistados que eram secundaristas, narram que movimento estudantil era mais organizado e mais ativo na cidade antes do 31 de março de 1964 e que os universitários após o golpe civil-militar viviam sob o medo da repressão, efetiva para que os militantes ativos nos colégios tradicionais da cidade não exercessem a forte influência de luta dos tempos de escola. De acordo com BAUER (2005) a “cultura do medo” acaba gerando um efeito dissuasivo na sociedade. O efeito combinado da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura, coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical, e neste caso, estudantil.

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa pretende contribuir para a historiografia do movimento estudantil no Rio Grande do Sul e em Pelotas. Existem lacunas sobre a História do movimento estudantil no Brasil. Pesquisas sobre as formas de atuação política e social dos estudantes, durante a ditadura, tem como recorte temporal o período que inicia o processo de redemocratização no Brasil por conta da reestruturação do movimento estudantil.

Portanto, busca-se colaborar para um melhor conhecimento histórico, a análise de depoimentos de estudantes sobre a trajetória da militância secundarista e universitária em Pelotas e a transição de um movimento organizado durante o período pré-golpe a um movimento impactado pela “cultura do medo” disseminada pelo Estado, que através das práticas de censura desarticulou as principais entidades no país.

As memórias dos estudantes de Pelotas durante os anos de 1961 a 1968 são valiosas fontes de conhecimento sobre as práticas de resistência que enfrentavam a coibição da participação em atividades de oposição, evidenciando a tradição do movimento estudantil, que cultuava a inserção dos estudantes na política em Pelotas, criticando, debatendo, mobilizando, resistindo e paralisando. A cultura de participação política é fundamental para a compreensão de que mesmo em um período perigoso para militância estudantil, secundaristas e universitários de Pelotas seguiram na resistência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968.** Campinas, SP: Papirus, 1987.

Capítulo de livro

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO [et al.] **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 143-179.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. Prefácio. In: PADRÓS [et al.] **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** – Porto Alegre: Corag. 009. v. 1; p.24-25.

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.** São Paulo. Companhia das Letras, 1998. P. 150-153

Artigo

AZEVEDO, Lúcia Rangel. **O Papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX.** ECCOM, v. 1, n.2, p.8, jul. /dez. 2010. P.7-22.

BAUER, Carolina Silveira. **Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988).** ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina. 2005. 1-8.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 66 | 2003, 117-149.

MORAES FREIRE, Silene de. **Movimento estudantil no brasil: lutas passadas, desafios presentes.** Revista Historia de la Educación Latinoamericana, vol. 11, 2008, pp. 131-146. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Boyacá, Colombia.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade.** História Oral. Rio de Janeiro: ABHO, v.5, p.09-28, 2002.

Tese/Dissertação/Monografia

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985).** 2011. 413f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul